

Propostas para demarcar um debate

J.-M. Nobre-Correia

De repente, faz-se luz! Que importa que haja quem ande há longos anos a fazer notar que a situação da informação jornalística em Portugal é incrivelmente insuficiente. E que a imprensa de informação geral se encontra num estado perto da miséria. Constatações estas feitas a partir não de uma qualquer percepção impressionista, mas sim do conhecimento do que são as paisagens mediáticas e jornalísticas para além da fronteira com o país vizinho...

Pouco importa! O facto é que tal triste situação passa agora a ser tema de discussões, artigos e colóquios diversos. Regozijemo-nos, pois, com isso. Embora tenhamos que constatar que se manifestam por aí ambições claramente desmedidas. Como se fazem também muitas afirmações desprovidas do mais elementar fundamento.

Por obras de magia descobre-se que os *media* portugueses precisam de ajuda. Mas de uma ajuda indiferenciada: a imprensa nacional como a regional, a imprensa diária como a periódica, a rádio como a televisão e sabe-se lá mais o quê! Ora, como dizem os francófonos, “qui trop embrasse mal étirent” (traduzido à letra: quem muito abraça mal enlaça). E a situação financeira portuguesa não é particularmente gloriosa para que, num aceno de varinha mágica, se possam resolver os numerosos problemas do sector.

Em termos europeus, é a informação escrita que, incontestavelmente, se encontra em pior posição. Portugal é o país de Europa ocidental que conta menos publicações generalistas, diárias ou periódicas, em papel ou em digital, e as existentes têm também as difusões mais baixas. É ela, pois, que convém urgentemente relançar. Mas a solução não pode consistir em financiar em absoluto, a fundos perdidos, as publicações que já existem. Até porque, se as coisas vão mal, os seus dirigentes lá terão alguma responsabilidade em termos de posicionamento editorial, de maneira como tratam a informação ou de como concebem a distribuição e a comercialização dessas publicações.

Há, pois, que privilegiar o lançamento de novas publicações (em papel ou em digital), assim como as iniciativas realmente inovadoras das já existentes. No caso das novas, há que dar a prioridade aos lançamentos nas regiões do país que são verdadeiros desertos em matéria de informação, mas também àquelas que se propõem ocupar posicionamentos editoriais descurados. No que respeita às publicações existentes, há muitos aspectos ausentes na sua conceção atual: delegações nas regiões,

correspondentes no estrangeiro, jornalistas especializados, circuitos de distribuição, promoção das assinaturas, conquista de novos leitorados...

Num estilo em que a vida social em Portugal passou a estar prenhe, houve logo quem viesse com grandes declarações contra as ajudas do Estado! Uns porque pensam que vão pagar mais impostos (e preferem a ignorância que os levará um dia a recusar ajudar estabelecimentos de ensino ou teatros, por exemplo). Outros porque, quando lhes falam de Estado, tiram logo o revólver do bolso! Fazendo afirmações pura e simplesmente absurdas, como se não houvesse velhas democracias consolidadas que preveem anualmente ajudas à imprensa, sem intervirem no que quer que seja na conceção e no tratamento da informação pela imprensa!

Mas, por que limitar as ajudas ao Estado? Porque não constituir um fundo, jurídica e solidamente autónomo, para o qual possam contribuir tanto fundos públicos (do Estado português e da União Europeia) como fundos privados (de empresas, instituições ou simples cidadãos)? E por que não pôr à frente deste fundo gente de indiscutíveis competências, independência e princípios éticos, que analisará os dossieres de candidatura a ajudas financeiras? Dossiês provenientes de empresas já presentes no

sector da imprensa ou de empresas constituídas para a circunstância, reunindo obrigatoriamente jornalistas e gestores.

Se a paranoia em relação ao Estado e às empresas continuar a ser o terreno fértil de todos os que veem manobras e complôs por todo o lado na prática jornalística (mas que manifestamente tudo ignoram da história dos *media* e do jornalismo), teremos então que constatar que os portugueses correm alegremente para o precipício da ignorância sem se darem por isso [1]...

[1] Do mesmo autor, *Uma urgência demasiado esquecida*, in PÚBLICO, 2 de março de 2016.

Professor emérito de Informação e Comunicação da Université Libre de Bruxelles; autor do livro *Média, Informação e Democracia* (Almedina)

66

Ao que parece, os *media* vão mal. Há, pois, quem queira que todos sejam ajudados. Mas há que fazer escolhas...



para o precipício da ignorância sem se darem por isso [1]...

[1] Do mesmo autor, *Uma urgência demasiado esquecida*, in PÚBLICO, 2 de março de 2016.

Professor emérito de Informação e Comunicação da Université Libre de Bruxelles; autor do livro *Média, Informação e Democracia* (Almedina)

A cimeira dos governos também já é das pessoas

Maria da Graça Carvalho

Aprimeira vista, esta cimeira do clima desiludiu. Com Quioto a terminar, e o Acordo de Paris a vigorar na prática a partir de 2020, esperavam-se compromissos concretos em Madrid, garantindo uma transição eficaz. Porém, não houve entendimento em torno do famoso artigo 6, relativo aos mercados de carbono, que ficou fora da declaração final. E o reforço das metas de redução das emissões, assumido por menos de metade das delegações nacionais, ficou para legislar no próximo ano nesses países.

Mas não foi tudo em vão. Houve reconhecimento do impacto transversal das alterações climáticas, traduzido na discussão de temas como os oceanos, a aprovação de apoios financeiros aos países mais ameaçados, a constatação da particular posição das mulheres nesses países, do papel da ciência nas batalhas que nos aguardam.

Houve ainda a noção, clara para quem esteve na cimeira, de que, mesmo nos países que mais resistência oferecem, a ação climática não é uma miragem. Porque esta já não depende apenas dos governos, tendo-se estendido a todos os setores da sociedade.

Psicologicamente, o Governo dos Estados Unidos já está fora do Acordo de Paris. Sentiu-se ao longo desta COP25. A administração norte-americana esteve representada em Madrid, participou em reuniões e em encontros bilaterais, mas nunca com o empenho demonstrado no passado. Contudo, tivemos contactos com outras instituições daquele país que nos relataram o muito que está a ser feito de forma descentralizada. Ao nível dos estados, das cidades. Na adaptação de cursos superiores a matérias relacionadas com o clima. No desenvolvimento de tecnologias amigas do ambiente. No apoio que dão ao resto do mundo nas previsões meteorológicas, área em que são líderes.

Os Estados Unidos não se resumem a Washington ou à Casa Branca. E o mesmo pode ser dito de vários outros países. Ignorar esse facto seria não só injusto como objetivamente errado, porque nos conduziria a conclusões distorcidas sobre o papel que irão desempenhar daqui para a frente.

Na sexta-feira, os eurodeputados presentes na COP25 reuniram-se com Laurence Tubiana, CEO da European Climate Foundation. O seu nome poderá dizer pouco à generalidade dos europeus, mas não é exagero afirmar que esta francesa teve um papel importante na definição do engenhoso e flexível – por comparação com Quioto – Acordo de Paris.

Desta vez, Tubiana falou-nos noutra ideia na qual tem vindo a trabalhar: a “teoria da liderança distribuída”. Basicamente, propõe, além de se considerar os países representados pelos seus governos, e pelo que as suas economias fazem como um todo, deveria valorizar-se a ação dos seus diferentes stakeholders: as cidades, as organizações não governamentais, a juventude.

Dei por mim a questionar-me se não se poderiam também contabilizar essas ações como esforços no combate às alterações climáticas. A concretização desta ideia seria complexa em termos de gestão das metas e do seu cumprimento. E não vale a pena alimentar-se a ilusão de que será possível atingir objetivos sem os governos. Mas o princípio faz sentido. Porque não dar mais peso à sociedade quando esta está tão envolvida nestas batalhas?

Nos últimos 20 anos participei quase numa dezena de cimeiras do clima. Comecei em Bona, em 1999. Estive nas COP em representação do Governo português, da Comissão Europeia e como eurodeputada. Não me lembro de alguma vez ter visto tantos jovens como vi nestes dias em Madrid.

Copenhaga, em 2009, foi a primeira COP verdadeiramente participada pela sociedade civil. Mas nada comparável ao que se viu agora. Na Dinamarca viam-se alguns jovens adultos, na casa dos 20 anos. Em Madrid eram centenas, muitos com 12 ou 13 anos, a encher auditórios. A exigir fazer parte da solução.

Na última semana, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou o European Green Deal – o “homem na Lua europeu”, como o definiu. Os chefes de Estado europeus, reunidos em cimeira do Conselho da União Europeia, chegaram a um acordo de

princípio visando tornar a Europa neutral, em termos de emissões, até 2050. Fizeram-no respondendo a um claro apelo dos seus cidadãos, feito nas urnas e nas ruas. Quando outros líderes mundiais começarem a dar, de facto, ouvidos às suas sociedades, estaremos todos mais próximos do sucesso nesta batalha pelo nosso planeta.

Eurodeputada do PSD

“

Copenhaga, em 2009, foi a primeira COP verdadeiramente participada pela sociedade civil. Mas nada comparável ao que se viu agora

